

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO IV – Nº 766 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Congresso limita contribuição pública a fundos de pensão de servidores

Uma das quatro medidas provisórias aprovadas ontem prevê que participações da União, dos estados e dos municípios serão de até 12% de suas receitas líquidas. A MP abre caminho ainda para cobrança de contribuições de inativos



Os parlamentares governistas festejaram as votações de ontem como um passo importante para implementar o ajuste fiscal

A União, os estados e os municípios deverão gastar no máximo 12% de suas receitas líquidas com o pagamento de contribuições aos fundos de pensão de servidores públicos. O limite está previsto em uma das quatro medidas provisórias aprovadas ontem pelo Congresso Nacional. A MP autoriza, ainda, a cobrança de contribuição previdenciária de

aposentados e pensionistas do setor público. O Congresso aprovou também a elevação de 2% para 3% da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Foram aprovadas ainda normas para que o governo receba fazendas de devedores do INSS. A votação de MPs do ajuste fiscal será retomada na quarta-feira.

PÁGINA 3

CÂMARAS MUNICIPAIS

Emenda que reduz gastos é aprovada

O Senado aprovou ontem, em segundo turno, proposta de emenda constitucional (PEC) que limita as despesas com o funcionamento dos legislativos municipais. Os senadores também aprovaram, em primeiro turno, a PEC que fixa em cinco anos o prazo de prescrição para as ações trabalhistas movidas por trabalhadores rurais.

PÁGINA 2

Mendonça depõe hoje no Senado

PÁGINA 8



Antonio Carlos recebeu de Vicentinho, presidente da CUT, críticas ao Programa de Estabilização Fiscal

Sindicalistas apresentam a ACM sugestões contra o desemprego

Um documento contendo sugestões para o combate ao desemprego foi entregue ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães,

por uma comissão de sindicalistas liderada por Vicente Paulo da Silva, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). PÁGINA 8

ORÇAMENTO



As comissões de Educação (foto), Fiscalização e Controle e Constituição, Justiça e Cidadania definiram, em reuniões realizadas ontem, as suas emendas ao projeto de lei do Orçamento da União para 1999.

PÁGINA 6



Djalma Falcão recebeu apoio do presidente do Senado

Falcão protesta contra diretor da Polícia Federal

O senador Djalma Falcão (PMDB-AL) fez ontem um protesto veemente contra declaração do diretor-geral da Polícia Federal, delegado Vicente Chelotti, ao jornal *O Globo*. Nela, Chelotti diz que irá chamá-lo para uma acareação com o ex-presidente da República Fernando Collor.

Falcão relatou em plenário, na semana passada, conversa com o ex-presidente em que este dizia ter conhecimento da existência de instituição financeira em paraíso fiscal, de propriedade do presidente Fernando Henrique Cardoso e integrantes da cúpula do PSDB – denúncia que eclodiu por outras fontes há duas semanas.

Djalma Falcão afirmou que, ao narrar os fatos que vivenciou, estava no exercício legítimo de seu mandato de senador. Agora, entretanto, seu nome aparecia no jornal sendo chamado para uma acareação como se fosse um delinqüente.

– Tantas vezes eu seja chamado pelos Chelottis da vida, a esse chamamento eu não atenderei – assegurou o senador.

O protesto teve o apoio enfático do senador Antonio Carlos Magalhães. O presidente do Senado ressaltou que “a palavra de Djalma Falcão, como a de qualquer senador, é inviolável. Assim, qualquer deslize de autoridade em relação à imunidade encontrará em mim um defensor obrigatório dessa mesma imunidade”.

– Fique Vossa Excelência tranqüilo, porque se o senhor Chelotti ousar chamar Vossa Excelência ou qualquer outro senador, ele não terá êxito, pois o Senado não permitirá. O senhor Chelotti não dará nenhum palpite em relação ao funcionamento desta Casa. Somos independentes e enquanto eu estiver aqui o senhor Chelotti não dá uma palavra que possa receber apoio – garantiu Antonio Carlos Magalhães, destacando que Djalma Falcão protestava com justa razão e, por isso, merecia sua solidariedade.

Aprovada limitação de despesas das câmaras

Proposta de emenda constitucional que fixa tetos para os gastos dos legislativos municipais obteve unanimidade na votação em segundo turno

O total da despesa com o funcionamento dos legislativos municipais, incluídos os salários dos vereadores, não poderá ultrapassar percentuais da arrecadação do município determinados em função do número de habitantes, conforme proposta de emenda constitucional (PEC) aprovada ontem, em segundo turno, por unanimidade. De autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC), a PEC será remetida à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para elaboração da redação final, antes de ir à Câmara.

A proposta foi apresentada por Amin com o objetivo de coibir abusos, lesivos aos cofres públicos municipais. Segundo o senador, apesar de emenda constitucional aprovada em 1992 ter limitado as despesas com os vereadores a 5% da receita do município, além de fixar as remunerações em 75% das recebidas pelos deputados estaduais, esses limites foram contornados por muitas câmaras.

A PEC aprovada estabelece os seguintes

Freire quer cancelar recursos para prédios

O senador Roberto Freire (PPS-PE) anunciou ontem que vai pedir o cancelamento de recursos para construções de edifícios previstos no Orçamento de 1999. Freire chegou

a essa decisão ao analisar a proposta de Orçamento e constatar que R\$ 1 bilhão está sendo destinado à construção de edifícios-sede, anexos ou reformas e melhoramentos de prédios públicos.

– Esses gastos são abusivos no momento em que se pedem sacrifícios à população. Temos que acabar com essa “farra da suntuosidade”. Talvez empreiteiro goste disso, mas a sociedade não – afirmou.

O relator-geral do projeto de lei orçamentária, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), fará, pela proposta de Freire, uma análise caso a caso das obras.



Amin quer evitar abusos nos gastos que oneram os cofres dos municípios

percentuais sobre a soma da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente auferidas pelos municípios em cada exercício: 8% para municípios com população inferior a dez mil habitantes; de dez mil a 50 mil habitantes, 7%; de 50 mil a 100 mil, 6%; de 100 mil a 500 mil habitantes, 5%; de 500 mil a um milhão de habitantes, 4%; e de 3% para municípios com

população superior a um milhão.

Em declaração de voto, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse acreditar que a PEC, embora justa “e 98% correta”, pode causar males que pretende evitar. Deu o exemplo de dois municípios, um ao lado do outro, com grandes diferenças de arrecadação, como é o caso de Duque de Caxias e Magé, na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro. Ambos têm população que os inclui na faixa de 5%, mas Duque de Caxias tem arrecadação muito superior a Magé, o que certamente provocará discrepâncias.

MATO GROSSO

O plenário adiou para 15 de dezembro a votação de projeto de resolução que autoriza o estado do Mato Grosso a elevar temporariamente seu limite de endividamento para contratar operação de crédito externo, no valor de US\$ 45 milhões.

O adiamento da votação foi requerido pelo senador Ernandes Amorim (PPB-RO).

Ações trabalhistas no meio rural também prescreverão

Por 60 votos favoráveis e 9 contrários, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece, para as ações trabalhistas movidas por empregados rurais, o mesmo prazo de prescrição fixado constitucionalmente para os urbanos. A mudança ainda depende de votação em segundo turno, após o que irá à Câmara.

De autoria do senador Osmar Dias (PSDB-PR), a PEC determina que todas as ações trabalhistas, sejam relativas ao trabalho urbano ou rural, poderão reivindicar direitos sobre cinco anos. O trabalhador terá dois anos, depois de deixar o emprego, para apresentar a ação.

Emenda de plenário apresentada pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ampliava o prazo de prescrição das ações trabalhistas rurais para oito anos. Mesmo tendo sido aprovado parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) favorável à emenda na Comissão de Cons-

tituição, Justiça e Cidadania, ela foi rejeitada no plenário por 52 senadores.

A Constituição atual não estabelece prazo de prescrição para as ações impetradas por trabalhadores rurais, o que, segundo Osmar Dias, estaria na origem da “indústria de bóias-frias”, trabalhadores rurais volantes “que vivem abaixo da linha de miséria porque não têm segurança no emprego”, e da alta rotatividade do trabalho no campo.

Dutra considerou que a precariedade das relações de trabalho no campo não pode ser atribuída exclusivamente à ausência de prescrição das ações. Reconheceu, porém, que muitos pequenos e médios proprietários sofrem graves prejuízos para fazer frente a dívidas trabalhistas.

Para o senador Roberto Requião (PMDB-PR), a experiência como advogado trabalhista recomenda que “o prazo de cinco anos é indicado e, paradoxalmente, favorece o trabalhador rural”.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 19 DE NOVEMBRO DE 1998

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

- ▶ 10h - Preside sessão deliberativa ordinária
- ▶ 15h - Despachos internos

PLENÁRIO

- ▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, presta esclarecimentos sobre o processo de privatização do sistema Telebrás, nos termos do parágrafo 1º do art. 50 da Constituição.

COMISSÕES

- ▶ 9h30 - Comissão Mista
Pauta: Instalação da Comissão Mista sobre a *MP 1.727, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Ala Senador Nilo Coelho - sala 2

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

- Sexta-feira (20.11.98)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa
- Segunda-feira (23.11.98)
- ▶ 14h30 - Sessão não deliberativa
- Terça-feira (24.11.98)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Segundo dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; *PDLs nºs 141/97, 32/98 e 40/98, que tratam de concessões de rádio.

- Quarta-feira (25.11.98)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Terceiro dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS.

- Quinta-feira (26.11.98)
- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quarto dia de discussão em primeiro turno da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre a destinação de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do SUS; *PLS nº 203/97, que acresce parágrafo ao art. 30 da Lei nº 8.742, de 7.12.93, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; e *PLS nº 76/98, que dispõe sobre a prestação voluntária de serviços em programas de interesse social.

- Sexta-feira (27.11.98)
- ▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
Editor-Chefe: Djalma Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Aposentados irão pagar contribuição previdenciária

Sob os protestos da oposição, Congresso aprova, por 169 votos contra 162, medida provisória que define novas regras de funcionamento para o sistema de previdência dos servidores. Enfrentar o déficit público é o principal objetivo da MP

Ao aprovar ontem à noite a Medida Provisória 1.723, o Congresso Nacional abriu caminho para a cobrança de contribuição previdenciária dos aposentados do serviço público "em alíquotas não superiores às dos servidores da ativa". Apesar das alegações da oposição de que dispositivo semelhante fora rejeitado em abril, a MP obteve votos favoráveis de 169 deputados, contrários de 162, com seis abstenções. No Senado, 45 senadores votaram a favor, 12 contra, com uma única abstenção.

Os 1.388 sistemas de previdência dos estados e dos municípios terão de se adaptar a novas e rígidas normas de funcionamento, com a finalidade expressa de evitar "rombos" no sistema. O relator, deputado Márcio Fortes (PSDB-RJ), manteve a MP praticamente na íntegra da proposta do governo, com alterações mínimas, basicamente de redação. Mesmo assim, ela deve ser enviada à sanção presidencial.

A MP, uma das quatro medidas provisórias aprovadas ontem pelo Congresso, determina que nenhum governo estadual ou municipal, e nem a União, pode destinar à previdência de seus servidores mais que 2 reais para cada real cobrado do empregado. Toda vez que a contribuição estatal aos fundos de pen-

são dos servidores ultrapassar 12% das receitas líquidas, as contribuições dos servidores serão revistas. Se isso não for suficiente, os sistemas previdenciários terão de cortar o valor das aposentadorias e pensões.

A nova legislação autoriza a União, os estados e os municípios a criarem fundos financeiros destinados a bancar as aposentadorias dos servidores. Nunca poderá ser criado um sistema de previdência, com o respectivo fundo, sem, pelo menos, 5 mil filiados. A prefeitura cuja arrecadação própria for inferior às transferências constitucionais não poderá criar sistema de previdência. Várias prefeituras poderão se unir para a instituição de um fundo comum.

A nova lei prevê que cada servidor que se filiar a um fundo previdenciário terá uma conta individual, com extratos emitidos periodicamente, a exemplo do que é feito pelo FGTS.

O artigo mais polêmico estabelece que inativos e pensionistas terão de contribuir para a Previdência, "em critérios definidos em lei e percentuais não superiores aos pagos pelos servidores da ativa". A oposição tentou derrubar o artigo, sob o argumento de que o Congresso já recusou a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados nes-



A MP limita em 12% da receita governamental as contribuições públicas para a aposentadoria de servidores

te ano e matéria rejeitada não pode ser reapresentada na mesma sessão legislativa. O presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, entendeu que o dispositivo, por não fixar alíquotas como o que foi derrotado em abril, constituía

proposta diferente. Diante da insistência do PT, ele enviou a matéria para consulta à Comissão de Constituição e Justiça. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) discordou da interpretação da Mesa.

Segundo Márcio Fortes, é a primeira vez que se cria uma lei para regulamentar sistemas de previdência de estados e municípios. Para ele, os sistemas existentes estão carregados de vícios e desequilibrados financeiramente.

Dívidas do INSS podem ajudar governo a fazer reforma agrária

Aprovada às 21h48 de ontem pelo Congresso, a Medida Provisória 1.663/98 estabelece normas para que o governo receba fazendas de devedores do INSS, destinando-as ao Incra para o assentamento de trabalhadores sem terra. Editada há 15 meses, essa MP já permitiu, conforme alguns parlamentares, que centenas de dívidas fossem quitadas mediante a entrega de terras. A matéria agora vai a promulgação.

A MP estabelece que só serão aceitas as terras rurais aptas para reforma agrária. O primeiro passo no processo é o devedor apresentar sua proposta ao Incra, o qual avaliará a terra e sua

condição para assentamentos rurais. Se a terra for apta, o Tesouro Nacional fica autorizado a emitir Títulos da Dívida Agrária (TDAs) para a operação, sendo entregues os títulos, no final, à Previdência Social. A medida não autoriza o INSS a receber TDAs emitidos em outras desapropriações ou comprados no mercado.

Em sua justificativa, o governo federal argumenta que a decisão ajudará a reduzir as dívidas de empresários com o INSS e, como resultado, ficará menor o atual déficit da Previdência Social. Parlamentares apresentaram 38 emendas à MP, todas rejeitadas.

Aprovadas normas para operações do Proer

O Congresso aprovou na noite de ontem a Medida Provisória 1.604, editada em novembro de 1995, que fixa normas a serem seguidas pelos bancos quando comprarem outras instituições financeiras, dentro do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer).

A MP determina como os bancos compradores podem amortizar o ágio pago na compra de uma instituição financeira (diferença entre o valor de compra e o real valor patrimonial da

entidade incorporada).

Ela isenta de imposto de renda o Fundo Garantidor de Crédito, criado em 1995 para proteger quem tiver créditos a receber de instituições sob intervenção ou liquidação do Banco Central. Para justificar a edição da MP, o governo alega que as medidas fortalecem o sistema financeiro nacional e protegem a poupança popular.

Pedindo a rejeição da MP, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que não há até agora provas dos efeitos positivos da implantação do Proer.

Para Dutra, mudança é "paliativo"

"O governo não tem coragem de atacar o verdadeiro motivo do desequilíbrio das contas públicas, que é o gasto com o serviço das dívidas interna e externa, preferindo escolher os servidores públicos como bodes expiatórios", afirmou o senador José Eduardo Dutra (PT-SE), ao protestar contra a MP 1.723, que abre caminho para cobrar contribuição previdenciária de inativos e até majorar a dos ativos.

Para Dutra, o governo não está interessado na boa gestão das contas públicas, mas apenas em tomar medidas paliativas. "Mais uma vez, o governo mostra não ter coragem de propor a verdadeira solução para o sistema previdenciário: um regime único para todos os assalariados. Isto porque não quer enfrentar os corporativismos e privilégios embutidos no sistema público de previdência", denunciou.



Dutra defende sistema único de previdência

Alíquota da Cofins vai aumentar de 2% para 3%

O Congresso Nacional, em sessão presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), aprovou ontem projeto de lei de conversão da Medida Provisória nº 1.724, que eleva a alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

O relator, senador Edison Lobão (PFL-MA), optou pelo projeto de conversão com o objetivo de contornar o que os parlamentares consideravam o ponto mais polêmico: a perda de recursos para os fundos de Participação de Estados e Municípios (FPE e FPM).

De acordo com o texto original da MP, a elevação de 2% para 3% da alíquota da Cofins seria deduzida no Imposto de Renda das empresas, que é a principal fonte de recursos dos fundos de participação. Mas, conforme acordo feito entre os líderes partidários, o governo, os governadores e o relator, essa dedução passará a ser feita na Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

Com isso, os fundos de Participação de Estados e Municípios, compostos por 45% da arrecadação do Imposto de Renda, não serão atingidos pela dedução concedida. Além disso, a contribuição será paga por qualquer companhia, inclusive as empresas do sistema financeiro, até então isentas. O projeto determina também que a incidência da Cofins não se limitará mais às

vendas de bens e serviços, mas recairá sobre qualquer outra receita auferida por determinada empresa.

O aumento da contribuição é considerado pela equipe econômica como um dos pontos mais importantes do programa de ajuste fiscal anunciado pelo presidente da República no dia 28 de outubro.

Além de aumentar alíquota da Cofins, o projeto estabelece penalidade para as empresas que deixarem de apresentar, ou apresentarem fora do prazo, informações solicitadas pela Receita Federal. A penalidade será idêntica à aplicada a quem deixa de entregar declaração de renda, ou seja, multa de 1% ao mês incidente sobre o Imposto de Renda devido, mesmo que a empresa já tenha pago o IR. O projeto vai agora à sanção do presidente da República.

O líder do governo no Congresso, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), disse que, com a modificação feita pelo relator na incidência da dedução, o aumento da alíquota da Cofins de 2% para 3% não trará nenhuma perda para os governos estaduais e para as prefeituras municipais. O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) discordou, avaliando que os possíveis efeitos positivos dessa mudança "serão canalizados para o pagamento de juros e para o enriquecimento de quem lucra com a lógica econômica do governo".

Tebet ouve queixas de governadores contra cortes no Orçamento

Relator-geral avisa que proposta orçamentária é a "mais magra" dos últimos anos

Relator-geral do Orçamento da União para 1999, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) recebeu ontem em seu gabinete os governadores eleitos do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra; de Mato Grosso, Dante de Oliveira; e de Goiás, Marconi Perillo, além da bancada federal de Mato Grosso do Sul, todos em busca de meios de ampliar os recursos orçamentários dos seus estados.

A eles, Ramez Tebet informou que este é o Orçamento mais magro dos últimos anos e que espera a colaboração do Poder Executivo para recompor essas perdas, visto que esses estados estão no limiar do que precisam para conduzir a administração. "Vou analisar os pleitos de todos com todo o carinho. Vamos ver os remanejamentos que podem ser feitos, porque o Legislativo não pode aumentar a receita", disse o parlamentar.

Ramez Tebet afirmou que, como homem do Centro-Oeste, conhece bem as reivindicações dessa região. Em sua opinião, essa é uma parte do Brasil que pode dar resposta imediata aos problemas econômicos do país, "visto que o setor da agricultura pode produzir muito mais do que está produzindo". Ele reconheceu que o governo manteve os R\$ 757 milhões destinados ao gasoduto Bolívia-Brasil, mas lastimou os outros cortes que foram feitos no Centro-Oeste.

Olívio Dutra chegou ao gabinete de Tebet acompanhado dos senadores

Pedro Simon (PMDB-RS) e Emília Fernandes (PDT-RS). Ele se queixou das perdas sofridas pelo Rio Grande do Sul e disse que vai pressionar o governo federal para ampliar a receita. "Nós somos credores de recursos públicos, não estamos pedindo nenhum favor", defendeu o governador, referindo-se aos preceitos constitucionais.

Acompanhado do recém-eleito senador Antero de Barros (PSDB-MT), o governador Dante de Oliveira resumiu seu pleito a três pedidos: recursos para a BR-163, que liga Cuiabá a Santarém; o cumprimento do dispositivo constitucional que determina a aplicação de 20% dos recursos da irrigação no Centro-Oeste; e dinheiro para a obra da Usina Hidrelétrica de Manso, em Cuiabá. Dante de Oliveira lembrou que, há dois anos, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu R\$100 milhões para a obra.

O governador eleito Marconi Perillo chegou ao encontro com o senador Ramez Tebet alegando que Goiás foi o estado mais prejudicado nos cortes do Orçamento e por isso precisa de uma recomposição. Perillo sustenta que seu estado perde 76% dos recursos com esse corte, o que atinge inclusive a área social. "Que os cortes de Goiás se fixem, ao menos, na média dos outros estados", pediu ele. Ramez Tebet disse que as bancadas de cada estado têm prazo até amanhã para apresentar emendas, remanejando recursos do Orçamento.

Suplicy quer informações sobre segurança veicular

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou requerimento ontem para que sejam solicitadas informações ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, sobre a implantação da Inspeção de Segurança Veicular e a formação de condutores de veículos. Estes temas estão sendo tratados, segundo o senador, pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran), com vistas à regulamentação do Código de Trânsito Brasileiro.

Entre as informações solicitadas pelo senador está a destinação dos recursos a serem arrecadados com a taxa de Inspeção de Segurança Veicular, a ser paga pelos proprietários de veículos, estimados em cerca de R\$ 1,5 bilhão ao ano. Suplicy também quer saber se houve consultas "isentas e amplas" às principais entidades científicas e tecnológicas do país, assim como à indústria nacional acerca do modelo de inspeção veicular a ser implantado.

Quando à formação de condutores de veículos, Suplicy indaga a quem interessa facilitá-la, considerando que o fator humano é o principal responsável pelo alto índice de acidentes de trânsito.

Na justificativa de seu requerimento, Suplicy lembra que, durante a tramitação do novo código no Congresso Nacional, vários senadores demonstraram preocupação no sentido de que a sociedade fosse ouvida quando o Contran passasse a regulamentá-lo. O senador acrescenta, entretanto, que, segundo notícias veiculadas na imprensa, o Contran já está analisando diversas matérias sem a participação da sociedade.

— As informações aqui solicitadas são de grande importância para que possamos resgatar a participação popular na regulamentação de matéria de tamanha relevância — afirma Suplicy.

SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO LEGISLATIVA

Ronaldo aposta em melhoria da imagem com avanço da integração

O I Seminário de Comunicação Legislativa, promovido pelo Senado, foi encerrado ontem pelo primeiro-secretário da Casa, senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB). Manifestando sua alegria com o sucesso do encontro, Ronaldo defendeu a integração do Congresso Nacional com os demais parlamentos do país na área de comunicação social.

— Quando o Congresso avançou nessa área sentimos a modificação da imagem do Poder Legislativo. Se isso ocorre com o Senado e a Câmara, é evidente que o fenômeno se repetirá nas assembleias legislativas e câmaras municipais — avaliou o senador.

CARTA

Os participantes do I Seminário de Comunicação Legislativa aprovaram documento, intitulado *Carta de Brasília*, em que apresentam propostas para formar uma imagem do Poder Legislativo mais compatível com a realidade. Um dos prin-

Ronaldo faz balanço positivo da ação do Senado



cipais pontos do documento propõe a criação de "um fórum permanente para debater a comunicação legislativa por meio de comissões setorializadas capazes de discutir aspectos relativos ao acesso, à produção e ao estabelecimento de veículos de comunicação legislativa".

A *Carta de Brasília* incentiva ainda o estabelecimento de informações da área de comunicação entre as diversas casas legislativas do país e o mapeamento das atividades de imprensa desenvolvidas pelas assessorias específicas dos parlamentares. Com relação à imagem dos parlamentos, o documento firmado no seminário propõe o levantamento de dados sobre o assunto veiculados na mídia.

Participantes apresentam casos de sucesso

Na parte da tarde de ontem, os participantes do I Seminário de Comunicação Legislativa conheceram experiências de sucesso realizadas pelas assembleias mineira e cearense e pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Em todos os exemplos mostrados ficou claro o efeito positivo da implantação de sistemas de comunicação para o relacionamento entre os parlamen-

tos e a sociedade. No caso de legislativos que possuem emissoras de televisão, houve grande valorização dos debates parlamentares.

— A população descobriu que o Poder Legislativo nem sempre representa o que é mostrado pela mídia convencional — afirmou Ramiro Baptista de Abreu, gerente da TV Assembleia de Minas Gerais.

O diretor da Secretaria de Comunica-

ção Social do Senado, Fernando Cesar Mesquita, considerou que a implantação de sistemas de comunicação nos legislativos brasileiros e o intercâmbio entre eles significa "uma reação positiva à forma perversa como a mídia trata os parlamentos".

— A mídia generaliza o que há de errado e particulariza o que há de positivo — definiu Fernando Cesar.

Conselho de Comunicação deve ser instalado, diz palestrante

O professor do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, Murilo Ramos, diretor do Centro Audiovisual de Produção Cultural e Educativa da UnB e coordenador-geral da TV Distrital da Câmara Legislativa do DF, defendeu a instalação do Conselho de Comunicação Social, criado pela Constituição de 1988. Em palestra ontem no I Seminário de Comunicação Legislativa, promovido pelo Senado, ele enfatizou a importância desse colegiado para subsidiar o Congresso no exame de concessões de TVs, além de zelar pela ética e qualida-

de dos meios de comunicação.

Murilo Ramos apoiou também a transferência da radiodifusão, atualmente no âmbito do Ministério das Comunicações, para a Anatel, no momento de revisão da nova Lei Geral das Telecomunicações.

No debate que se seguiu, o jornalista Fernando Cesar Mesquita, diretor da Secretaria de Comunicação Social do Senado, explicou que a instalação do Conselho de Comunicação Social depende da aprovação, pela Câmara dos Deputados, de projeto de lei do Senado que altera a legislação que regulamenta esse colegiado.

Interlegis será um canal ágil e barato

"O Poder Legislativo tem urgência em se aproximar da comunidade e em agilizar suas informações no rumo da modernização", afirmou a diretora-executiva do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Célia Perez Borges, ao explicar a importância do programa Interlegis, uma rede de informações entre as casas legislativas de todo o país baseada na tecnologia da Internet. O projeto, em implantação pelo Senado, foi o tema da palestra que fez na manhã de ontem, no I Seminário de Comunicação Legislativa.

Explicando que o Prodasen é o organismo que viabiliza a tecnologia de informação do Senado, Regina Perez ressaltou que o Interlegis aproveita sua estrutura tecnológica para criar uma comunidade virtual que integre todas as esferas do Poder Legislativo. O objetivo do programa é trocar e integrar informação, criando um canal de comunicação ágil e barato, informou.

Armando Nascimento, que dirige a implantação do projeto, acrescentou que o objetivo é atingir 2.500 das 5.500 casas legislativas.

TV por assinatura pode crescer

O presidente da Associação de TV por Assinatura (ABTA), Alexandre Annenberg, fez uma comparação entre os mercados de TV por assinatura no Brasil e nos EUA. Segundo ele, o mercado brasileiro é muito promissor porque está apenas começando a ser aberto. Annenberg citou dados que revelam a utilização desse tipo de serviço por 77% dos habitantes norte-americanos, en-

quanto no Brasil apenas 6,7% da população de 157 milhões de pessoas recebem TV por assinatura.

Annenberg destacou que o próximo passo das TVs por assinatura é a digitalização, pela qual a capacidade de alcance será multiplicada. Ele exemplificou que a TV Senado, com apenas um canal, se multiplicaria em 10 canais.

Senadores devem examinar carta de intenções enviada ao FMI, diz Suplicy

Argumentando que a autorização do Senado é uma imposição constitucional, parlamentar considera insatisfatórias informações fornecidas sobre o acordo firmado pelo governo

É do Senado Federal a competência de autorizar operações financeiras externas da União. Com base nesse preceito constitucional, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) acredita que o Senado não pode ficar à margem da análise do acordo de ajuda financeira, no valor total de US 41,5 bilhões, firmado pelo governo brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e a outras instituições internacionais.

— Se não é a maior, é certamente uma das maiores operações financeiras internacionais jamais realizadas pelo governo. Precisamos, portanto, como primeiro passo, obter das autoridades econômicas o esclarecimento de todos os pontos, compromissos e consequências dessa negociação — afirmou ontem, em plenário, Suplicy.

Para o senador, os documentos até agora divulgados pelo governo não fornecem informações satisfatórias sobre a natureza das obrigações internacionais que o Brasil está assumindo perante entidades multilaterais como o FMI e outros governos.

— A carta de intenções divulgada sexta-feira pelo Ministério da Fazenda dá apenas indicações incompletas ou de



Suplicy requereu a convocação de Malan e Franco para esclarecer o acordo

ordem geral a respeito dos chamados critérios de desempenho. Quais serão as taxas de juro e os prazos de repagamento desses empréstimos? — perguntou o senador.

Para esclarecer suas dúvidas, Suplicy anunciou que irá apresentar requerimento de convocação do ministro da Fazenda, Pedro Malan, do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, e de outras autoridades da área econômica à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na opinião do senador, quando Malan esteve no Senado no dia 29 de outubro passado, várias questões ficaram sem resposta ou foram respondidas evasivamente.

DESEMPREGO

A maior preocupação de Suplicy é

que o discurso oficial não apresenta iniciativas para conter a queda da atividade econômica e o aumento “dramático” do desemprego. Ao contrário, avaliou o senador, as medidas de ajuste fiscal, corte de gastos e aumento de tributos tendem a aprofundar a retração do consumo e dos investimentos.

— A economia brasileira marcha para uma recessão profunda e talvez prolongada. E o governo parece incapaz de tomar medidas para evitar esse grave risco — avaliou.

As medidas tomadas pelo governo, segundo Suplicy, levam à redução da atividade econômica. A elevação das taxas de juros, o aumento de tributos e o corte de recursos do Tesouro para o programa de financiamento das expor-

tações tendem a prejudicar a capacidade do empresariado nacional de competir no exterior, agravando o desequilíbrio na balança de pagamentos do país.

Como alternativas, ele sugeriu que o governo desestimule os gastos de brasileiros no exterior, estimados em mais de R\$ 5 bilhões anuais. Além disso, o senador defendeu a desvalorização do real. Com a desvalorização, Suplicy acredita que a retração e a desindexação na economia não permitiriam a volta da inflação. Por outro lado, continuou, aumentaria a competitividade das exportações de bens e serviços e encareceria as importações, reduzindo o déficit estrutural nas contas externas.

— As questões envolvidas nesse debate são essenciais para o futuro do Brasil, para a sua capacidade de persistir como nação soberana, de gerar crescimento e renda. Reitero aos líderes do governo que nós, da oposição, estamos dispostos a debater os problemas da economia, apresentando alternativas que possam ser colocadas em prática — concluiu.



Ademir lamentou a falta de reconhecimento por parte do governador paraense

Ademir destaca ação da bancada do Pará

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) destacou ontem o trabalho dos deputados e senadores da bancada do Pará no Congresso Nacional no sentido de incluir recursos para obras essenciais para o estado, cortados pelo governo federal no Orçamento de 1999.

Ademir condenou a atitude do presidente Fernando Henrique Cardoso, que, segundo o senador, assumiu o compromisso com o povo paraense de que faria obras no estado e, depois da eleição, descumpriu o que prometeu e retirou do Orçamento os recursos para “obras da maior importância”.

— Depois de todo nosso trabalho, o governador diz que é ele quem está fazendo as obras. Ele deveria ser, pelo menos, agradecido ao esforço empreendido pelos parlamentares no Congresso Nacional. Quero que o povo do Pará saiba quem está fazendo alguma coisa por ele. Não é o presidente nem o governador — afirmou.

Segundo Ademir, na última terça-feira, a bancada paraense aprovou as dez emendas a que tem direito. Também foi fechado compromisso no sentido de que a Comissão da Amazônia da Câmara dos Deputados irá incluir recursos para construção de eclusas na hidrelétrica de Tucuruí.

Entre as obras que receberam recursos por meio de emendas da bancada do estado estão a pavimentação, duplicação ou conservação das rodovias BR-153 (de Tocantins a Marabá), BR-163 (de Mato Grosso a Santarém) e BR-316 (de Belém a Castanhal).

Também foram incluídos recursos para a Companhia Docas do Pará melhorar a infra-estrutura do porto de Santarém e para obras na capital do estado. A eletrificação rural, o programa de reforma agrária e a construção de postos de saúde também devem receber verba orçamentária por intervenção dos parlamentares paraenses.

Ney Suassuna critica contribuição de inativos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) manifestou-se ontem contra a cobrança de contribuição previdenciária dos servidores inativos e pensionistas, dizendo que é desconfortável, mesmo para os parlamentares da base governista, defender a inevitabilidade de medidas drásticas adotadas pelo governo no programa de ajuste fiscal. Para ele, cobrar dívidas de inadimplentes seria suficiente para cobrir o déficit de R\$ 28 bilhões.

Suassuna disse acreditar que a Medida Provisória nº 1.723, que estabelece a contribuição previdenciária para pensionistas e inativos, é inconstitucional porque retira um direito já assegurado aos aposentados. O senador lembra que tal iniciativa já foi tentada com a MP 1.415/96,



Na opinião de Ney Suassuna, contribuição é inconstitucional

rejeitada e considerada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Ney Suassuna lembrou destaques de bancadas e comunicados parlamentares indicando compromisso, firmado em fevereiro deste ano, entre os partidos da base de sustentação do governo e o Poder Executivo, com participação do então líder do governo na Câmara

dos Deputados, Luís Eduardo Magalhães, considerando indevida a cobrança de contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas da União.

Para o senador, falar em déficit num sistema previdenciário só tem sentido se o sistema pode, pelo menos em tese, sustentar por si mesmo. “Não é o caso da aposentadoria dos servidores”, observou.

Em aparte, o senador Júlio Campos (PFL-MT) afirmou que os senadores devem avaliar com muita atenção a MP que institui a cobrança de contribuição previdenciária dos inativos. Campos acredita que seria melhor criar outros tipos de impostos que recaíssem sobre outros setores e não sobre os aposentados. O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) lembrou que os direitos adquiridos devem ser respeitados e que deve valer a regra vigente na data da aposentadoria. O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) disse que o governo quer “tirar dinheiro dos aposentados mas repassa verbas para obras, como fez com o Ministério do Trabalho em São Paulo”, exemplificou.

Benedita denuncia regime de “quase apartheid”

Ao lembrar as comemorações do Dia Nacional da Consciência Negra, em 20 de novembro, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) pediu aos colegas parlamentares a aprovação de projeto de lei de sua autoria que concede aos remanescentes dos quilombos em todo o Brasil a titularidade das terras que ocupam. O projeto, segundo Benedita, tramita como substitutivo na Câmara dos Deputados.

A senadora lembrou que a data é uma homenagem a Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, em Alagoas, que teria sido assassinado em 20 de novembro de 1695. Eleita vice-governadora do estado do Rio de Janeiro, Benedita afirmou que esta deverá ser a última vez que homenageia Zumbi como parlamentar.

Para denunciar o que chamou de “quase apartheid brasileiro”, a senadora disse que pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) revelou que os homicídios causados por armas de fogo são a principal causa de morte entre os negros, atingindo 7,5% do total. Entre os brancos, a principal origem dos óbitos

é o infarto do miocárdio, com 9,8% do total. As mortes por tiros atingem apenas 2,8% dos brancos.

Mesmo entre os mais pobres, afirmou a senadora, a violência atinge mais os afro-brasileiros. Entre as pessoas com menor escolaridade — até o primeiro grau completo —, as causas externas (que incluem homicídios e acidentes) são responsáveis por 41% das mortes entre os negros, e por apenas 14,8% dos brancos.

— A leitura que podemos fazer desses números é que a convivência em uma democracia racial está cada vez mais longe, não passa de utopia — disse.

Para a senadora, a cidadania plena não está associada aos afro-descendentes no Brasil, “o maior país da diáspora africana”. Ela aponta dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicando que 40% da população é composta de pretos e pardos. No entanto, estes representam 60% dos pobres. Mesmo entre os profissionais de nível superior, a média salarial deles é equivalente a 70% do que é pago aos brancos.



Benedita discursou em homenagem ao Dia da Consciência Negra

Emenda ao Orçamento de 1999 facilita integração da Justiça

Comissão pretende incluir na proposta dotação de R\$ 3 milhões destinada a ligar rede de computadores do STJ às de outros tribunais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem quatro emendas que serão sugeridas ao Orçamento da União para 1999. Uma delas, de autoria do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), solicita recursos de R\$ 3 milhões para integração das redes de computadores do Superior Tribunal de Justiça (STJ) com as das demais instituições da Justiça e do governo.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) quis saber sobre o pedido para a realização de despesas do STJ, no momento em que outras instituições, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), estão reduzindo seus gastos. Alcântara respondeu que esses recursos para investimentos no STJ já estão bem abaixo dos que foram inicialmente solicitados.

Alcântara disse que reconhece a necessidade de austeridade fiscal e redução de gastos, mas observou que são os relatores da Comissão Mista de Orçamento que vão examinar todas essas emendas, podendo ou não aceitá-las. O presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apoiou a emenda, afirmando que haverá uma contrapartida de recursos para a União com a modernização do tribunal, a partir da solicitação do STJ.

Emenda de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), também aprovada pela CCJ, dispõe sobre a alocação de R\$ 30 milhões para a Fundação Nacional do Índio. Segundo Jucá, a iniciativa tem por objetivo assegurar aos índios a posse



A CCJ apresentará emendas pedindo recursos para proteção ao índio e combate às drogas

permanente de suas terras, pelo fato de representarem garantia indispensável à sobrevivência e ao futuro das comunidades indígenas.

Os senadores Romeu Tuma (PFL-SP), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Osmar Dias (PSDB-PR) apresentaram emenda alocando recursos de R\$ 20 milhões para o sistema penitenciário. Outra emenda, de autoria de Suassuna, Tuma, Jucá e José Fogaça (PMDB-RS), solicita R\$ 10 milhões para o programa de combate às drogas.

A CCJ ainda vai votar nesta semana a última emenda ao Orçamento (cada comissão tem direito a apresentar cinco emendas) para 1999. A emenda, de autoria de Lúcio Alcântara, vai destinar recursos para o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, com sede em Recife, que abrange sete estados nordestinos. Os recursos, que ainda serão fixados na emenda, servirão para melhorar os serviços do tribunal e criar varas federais. Todas as emendas deverão ser entregues até a próxima sexta-feira à Comissão de Orçamento.

Comissão beneficia educação indígena

A Comissão de Educação (CE) definiu ontem suas cinco emendas coletivas ao Orçamento da União para 1999. Das 12 emendas apresentadas foram escolhidas três relacionadas com a educação e duas para beneficiar projetos na área cultural. As negociações para que os integrantes da comissão chegassem a um consenso foram conduzidas pelo presidente da CE, senador Artur da Távola (PSDB-RJ).

A primeira emenda aprovada, de autoria dos senadores Romero Jucá, Ernandes Amorim (PPB-RO) e João França (PPB-RR), destina recursos para a Fundação Nacional do Índio (Funai)

utilizar na educação indígena.

O senador João Rocha (PFL-TO) também conseguiu aprovar emenda de sua autoria propondo a aplicação de recursos na Universidade de Tocantins. Ele justificou sua iniciativa afirmando que o estado é o único da Federação que não dispõe de uma universidade mantida pelo governo federal.

Designado para relatar as emendas da Comissão de Educação, o senador Joel de Hollanda (PFL-PE) foi autor de outra das propostas escolhidas. Ele sugeriu a liberação de recursos para o Ministério da Cultura executar um projeto já existen-

Comissão de Fiscalização pede R\$ 652 milhões

A Comissão de Fiscalização e Controle, sob a presidência do senador João Rocha (PFL-TO), aprovou ontem as cinco emendas que propõe ao Orçamento da União para 1999, no valor total de R\$ 652 milhões. As proposições serão encaminhadas à Comissão Mista de Orçamento.

A construção de unidades sanitárias domiciliares para população de baixa renda em todo o país está contemplada na emenda apresentada pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) no valor de R\$ 42 milhões. O Tribunal de Contas da União encaminhou uma emenda que destina R\$ 11 milhões para o seu funcionamento.

O senador João Rocha apresentou emendas que destinam R\$ 40 milhões a hidrovias na região Norte e R\$ 549 milhões ao Ministério da Saúde, para internações hospitalares. Outra emenda beneficia o Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, com R\$ 10 milhões.

te, que prevê a implantação de uma biblioteca pública em todos os municípios do país que não contam com esse tipo de instituição.

As outras duas emendas aprovadas foram de autoria da senadora Emília Fernandes (PDT-RS). A primeira delas beneficia o Ministério da Educação e do Desporto com recursos para investimentos na manutenção e desenvolvimento das instituições federais de ensino superior e seus hospitais universitários. A outra emenda apóia as atividades culturais de entidades estudantis secundaristas.

CCJ

Organizações da Marinha terão autonomia de gestão

Parecer do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), favorável ao projeto que dispõe sobre a autonomia da gestão de organizações militares da Marinha, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM). O projeto original, já aprovado pela Câmara, é de iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso, e seguirá para apreciação no plenário do Senado.

Pelo projeto, o Poder Executivo poderá qualificar como Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS) da Marinha as entidades que atendam aos seguintes requisitos: dedicação a atividades de apoio de base, pesquisa e desenvolvimento, atendimento médico-hospitalar, abastecimento, ensino e cultura. Essas organizações também poderão atuar na geração de receita pela cobrança dos serviços prestados às forças navais e a outros órgãos da Marinha, bem como em atividades de custeio de despesas e apuração de custos por processo contábil específico.

Os objetivos, metas e indicadores de desempenho das OMPS, bem como os recursos necessários e instrumentos para avaliação do seu cumprimento, serão estabelecidos em contrato. O prazo para esse contrato será de, no mínimo, um ano, renovável por períodos subsequentes.

A gestão dessas organizações será submetida ao controle da Marinha. Os contratos de pessoal poderão ser feitos sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e a remuneração será fixada de acordo com o valor de mercado ou o equivalente na administração pública.

Para o relator, o projeto faz parte de uma nova concepção gerencial, que proporcionará maior agilidade e eficiência à gestão pública, de acordo com o novo ordenamento constitucional proposto pelo governo. "A dinâmica de funcionamento das Organizações Militares Prestadoras de Serviço assemelha-se à das empresas privadas em termos de gerenciamento, competitividade e produtividade", disse Alcântara.

Aprovados novos critérios para eliminar documentos arquivados

Presidida pelo senador Bernardo Cabral, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável do senador José Fogaça (PMDB-RS) à emenda de plenário oferecida a projeto da Câmara que determina critérios de arquivamento e eliminação de autos processuais, depois de decorridos dois anos de seu arquivamento.

A emenda de plenário, apresentada pelo senador Lúcio Alcântara, acrescentou ao projeto a exigência de ampla divulgação sobre os documentos que serão eliminados, possibilitando às partes envolvidas a possibilidade de requerer cópias ou peças

dos processos.

Além dessa norma, Lúcio Alcântara deu nova redação ao projeto da Câmara, observando que os autos findos, sem qualquer tipo de pendência, poderão ser destruídos por instrumento mecânico ou outro meio adequado, com base em tabela de temporalidade feita e aprovada pelos próprios tribunais.

O projeto da Câmara preserva os documentos de valor histórico. Lúcio Alcântara manda conservar os documentos de guarda permanente, que deverão ser recolhidos ao arquivo do respectivo tribunal ou a outra instituição de arquivo público.

Bibliotecas públicas poderão comprar livros mais baratos no exterior

As bibliotecas e universidades públicas poderão adquirir livros editados no exterior, diretamente do fornecedor estrangeiro ou de seu distribuidor no Brasil, quando o produto for comprovadamente mais barato do que o similar nacional. Projeto nesse sentido, de autoria do senador Lúcio Alcântara, foi aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral.

O projeto teve parecer favorável do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC). De acordo com o parecer, lido na comissão pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), o projeto tem em vista o interesse público, que será mais bem atendido se as institui-



Lúcio Alcântara apresentou projeto aprovado pela CCJ

ções puderem adquirir livros estrangeiros a um custo inferior aos nacionais.

Com a aprovação do projeto, será alterada a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta artigo da Constituição e regulamenta licitações e contratos na administração pública.

— A globalização é um fenômeno irreversível. O fácil acesso a produtos fabricados no estrangeiro, assim como através da Internet, justifica a

mudança do referencial a ser adotado — disse o relator.

Com o projeto, fica dispensada a realização de licitação para aquisição de livros quando os seus preços no mercado internacional forem inferiores aos cobrados no Brasil.

Jucá faz alerta sobre participação de senadores em emendas de bancadas

O senador Romero Jucá (PFL-RR) alertou ontem os senadores para o fato de que emendas das bancadas estaduais ao Orçamento estariam sendo apresentadas apenas com assinaturas de deputados. Pelas regras atuais, são necessárias as assinaturas de três quartos dos parlamentares do estado, sem diferenciar a Casa de atuação.

— Dessa forma, os senadores ficam relegados a não terem nenhuma participação na apresentação de emendas — denunciou Jucá em questão de ordem formulada ao plenário.

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), na presidência da sessão, acolheu a questão de ordem de Jucá com base em artigos do Regimento Comum do Congresso, que determina que, nas deliberações, os votos da Câmara e do Senado serão sempre com-



Questão de ordem feita por Jucá será encaminhada à Comissão de Orçamento

putados separadamente.

A regra vale para as comissões mistas, como é o caso da Comissão de Orçamento. A decisão do presidente da sessão, favorável à questão formulada por Jucá, será comunicada à presidência da Comissão de Orçamento e às lideranças partidárias.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Body Pump
7h30 - *Especial Unip* - Assunto: Estrabismo - 2ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - *Saúde Todo Dia* - Atividade: Tênis
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - *Cores do Brasil* - Em destaque, Bahia
9h30 - *Entrevista* - O senador Pedro Piva fala sobre reforma tributária
9h55 - Senado em Pauta
10h - Sessão Plenária (ao vivo) - Em destaque, a participação do ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros
12h30 - *Entrevista* - O senador Pedro Piva fala sobre reforma tributária
12h55 - Senado em Pauta
13h - *Cores do Brasil* - Linha Verde da Bahia
13h30 - *Debate* - Os senadores Leonel Paiva e José Fogaça debatem o comércio exterior
14h30 - Sessão Plenária (representação)
18h30 - *República* - 4º capítulo (representação)
19h30 - *Palestra* - A vida emocional do bebê
20h30 - *Entrevista* - O senador Pedro Piva fala sobre reforma tributária
21h - Jornal do Senado

21h15 - *Debate* - Os senadores Leonel Paiva e José Fogaça debatem o comércio exterior
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (representação)

Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa Fala, Cidadão.

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
10h - Plenário do Senado (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
14h30 - Reprise sessão plenária
Em seguida - Música e informação
19h - *A Voz do Brasil*
Em seguida - Música e informação
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste
Em seguida - Música e informação
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida - Música e informação
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste
Em seguida - Música e informação

Serra debaterá cortes na saúde em audiência conjunta

Reunião da CAS e de comissão da Câmara, na quarta-feira, analisará conseqüências da redução de recursos para o setor

O presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Ademir Andrade (PSB-PA), confirmou a participação do ministro da Saúde, José Serra, e do coordenador-geral do Conselho Nacional de Saúde, Nelson Rodrigues dos Santos, na audiência pública convocada para a próxima quarta-feira, às 10 horas, quando serão debatidos os cortes nos recursos destinados à área da saúde.

A audiência pública, convocada pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado e pela Comissão de Seguridade Social da Câmara dos Deputados, será realizada na sala 2 da Ala Nilo Coelho.

Autor do requerimento para realização da audiência pela CAS, Ademir Andrade afirmou que o corte de R\$ 1,7 bilhão no orçamento da saúde no último trimestre deste ano e a redução de R\$ 1 bilhão prevista no Programa de Estabilização Fiscal para o Orçamento de 1999 vão comprometer as ações de saúde no Brasil.

— Queremos discutir as relações entre as políticas econômicas e a saúde da população e aprofundar o conhecimento das conseqüências, para a população, da redução de recursos para a saúde — acrescentou Ademir Andrade.

Durante a reunião, Ademir Andrade

apresentará um requerimento propondo a convocação do presidente do CNPq, José Galizia Tundiso; da diretora do Museu Emílio Goeldi, Adélia Oliveira Rodrigues; e da pesquisadora da instituição, Regina Oliveira, para debaterem os problemas que afetam o museu paraense.

Na avaliação do presidente da CAS, o Museu Emílio Goeldi está correndo o risco de ser obrigado a paralisar suas atividades, devido às dificuldades financeiras e orçamentárias que vem enfrentando. Ademir Andrade explicou que o objetivo da audiência é encontrar soluções para os problemas da instituição.

Comissão de Educação aprova concessões

A Comissão de Educação aprovou ontem pareceres favoráveis à renovação de duas permissões e três concessões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora para emissoras localizadas nos estados do Paraná, Goiás, Rio Grande do Sul, Ceará e Bahia. Em todas as votações, a senadora Benedita da Silva (PT-RJ) manifestou seu voto em branco. Os demais senadores presentes votaram com os respectivos relatores. Os projetos ainda serão submetidos ao plenário. Foram aprovadas a permissão outorgada à Rede Comunitária de Comunicações de Santana do Livramento Ltda. (Santana do Livramento-RS) e Rádio Clube de Conquista Ltda. (Vitória da Conquista-BA). A Comissão de Educação, presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ), também aprovou a renovação da concessão à Rádio Sertão Central Ltda. (Senador Pompeu-CE), Rádio Difusora de Rio Negro Ltda. (Rio Negro-PR) e Rádio Princesa do Sul Ltda. (Goiatuba-GO).

Participaram da reunião os senadores Hugo Napoleão (PI), Joel de Hollanda (PE), João Rocha (TO), Romero Jucá (RR), Geraldo Althoff (SC), Leonel Paiva (DF) e Júlio Campos (MT), do PFL; Roberto Requião (PR), Gerson Camata (ES), Ney Suassuna (PB), Pedro Simon (RS), Carlos Bezerra (MI) e Wellington Roberto (PB), do PMDB; Emília Fernandes (RS) e Abdias Nascimento (RJ), do PDT; Leomar Quintanilha (TO), Ernandes Amorim (RO) e João França (RR), do PPB; Benedita da Silva (PT-RJ) e Artur da Távola (PSDB-RJ).



Joel de Hollanda (E), vice-presidente, e Artur da Távola, presidente, participam da reunião da Comissão de Educação do Senado

Internet terá informações de interesse de municípios

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), favorável ao projeto de iniciativa da Câmara dos Deputados que trata da criação de uma *homepage* na Internet pelo Tribunal de Contas da União (TCU). A página deverá ser utilizada para divulgação de dados da União, estados, Distrito Federal e municípios, suas autarquias e outras entidades.

Com o título de "Contas Públicas", a *homepage* do TCU disponibilizará informações como tributos arrecadados, execução orçamentária, balanço consolidado, orçamentos do exercício anterior, instrumentos de contrato ou de seus aditivos, e compras feitas pela administração direta e indireta. De caráter não terminativo, o projeto ainda será submetido à apreciação do plenário.

Ao votar favoravelmente em seu parecer, Romeu Tuma argumentou que a *homepage* contribuirá de forma efetiva, com baixo custo e sem acréscimos de despesa, para a democratização de várias informações e para a fiscalização dos recursos financeiros repassados às diversas unidades da Federação, suas autarquias e outras entidades.

Tuma também esclareceu em seu parecer que a página do TCU na Internet possibilitará o atendimento de consultas, o intercâmbio de dados informativos, a expedição de normas técnicas e a promoção de conferências e reuniões técnicas com a participação de representantes da União, estados, Distrito Federal e municípios, suas autarquias e outras entidades. A reunião da Comissão da Educação foi presidida pelo senador Artur da Távola (PSDB-RJ).



Romeu Tuma

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 khz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Líderes sindicais propõem alternativas ao ajuste fiscal

Representantes de centrais de trabalhadores entregaram ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, um documento com críticas ao Programa de Estabilização Fiscal e sugestões para rever a política econômica

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem representantes de centrais de trabalhadores, liderados pelo presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Vicente Paulo da Silva, Vicentinho, que estão entregando a autoridades do Congresso e do governo um documento com críticas às medidas do Programa de Estabilização Fiscal e propostas de revisão da política econômica. Os representantes de centrais apresentaram 11 sugestões para reverter o quadro de desemprego e estimular a retomada do desenvolvimento.

De acordo com o presidente da CUT, "o senador Antonio Carlos ouviu atentamente nossas queixas e argumentos e reconheceu a importância de os trabalhadores serem ouvidos nesse processo". Vicentinho revelou a intenção do presidente do Senado de "criar uma co-

missão especial, se possível já na semana que vem, para permitir o diálogo dos representantes dos trabalhadores com os parlamentares" em torno das medidas do ajuste fiscal e das possíveis alternativas para seu aprimoramento.

Acompanhadas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), as lideranças sindicais transmitiram a Antonio Carlos queixas contra as medidas do ajuste fiscal, que apontam como recessivas e causadoras de desemprego crescente. Também criticaram as propostas governamentais de reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), entre elas a que prevê o fim da unicidade sindical. Segundo Vicentinho, grande parte dos líderes dos trabalhadores quer a pluralidade sindical, mas não concorda com a forma pela qual o governo está propondo essa mudança.



O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu representação liderada por Vicente Paulo da Silva

Governo do Amapá pede apoio a Guerra para reduzir cortes

O senador Paulo Guerra (PMDB-AP) recebeu ontem o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. O governador pediu a Paulo Guerra que desenvolva gestões junto aos integrantes da Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional visando reduzir o volume de cortes previstos nos recursos federais destinados ao estado, dentro da proposta orçamentária da União para 1999.

De acordo com o governador, o Amapá "foi o estado mais discrimina-

do pelo governo federal nos últimos quatro anos, no que toca ao repasse de verbas para investimentos". Capiberibe apresentou levantamento ao senador Paulo Guerra indicando que o estado teve pouco mais de R\$ 50 milhões em repasses efetivos para investimentos no período 1995-1998. Já o segundo colocado na relação dos que menos receberam, o estado do Acre, "teve quase três vezes mais (total pouco superior a R\$ 140 milhões) nesse mesmo período", segundo o governador.

Comissão de Orçamento aprecia créditos especiais

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização reúne-se hoje, às 10 horas, para apreciar treze projetos de lei referentes a solicitações de créditos especiais e suplementares feitas pelo Executivo, dependentes de autorização legislativa.

Os projetos somam créditos no valor total de R\$ 2,3 bilhões, dos quais R\$ 1,1 bilhão destina-se à cobertura de Encargos Financeiros da União supervisionados pelo Ministério da Fazenda, com utilização no resgate de parte da dívida pública mobiliária federal.

Na mensagem encaminhada ao presidente da República, o ministro do

Planejamento, Paulo Paiva, justifica a solicitação afirmando que a instabilidade do mercado financeiro brasileiro, principalmente depois de outubro/novembro de 1997, fez com que as dotações para tal fim fossem inteiramente utilizadas no primeiro semestre de 1998. As razões para isso seriam "a redução do prazo médio de emissão de títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional e o aumento da taxa média de juros então vigente".

Os recursos para a concessão do crédito são oriundos de excesso de arrecadação na fonte "Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional".

ACM acredita que depoimento pode encerrar caso do "grampo"

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o caso do "grampo" nas conversas telefônicas entre o ministro das Comunicações e o presidente do BNDES em torno do processo de privatização da Telebrás poderá acabar hoje, "se o ministro Mendonça de Barros for claro e convincente em seu depoimento no plenário".

Se o ministro for bem em seus esclarecimentos, avaliou o senador, o caso estará esvaziado na prática. Se não se sair bem, "o processo continua". E nem o temperamento do ministro preocupa Antonio Carlos, mesmo considerando a tensão natural nesse tipo de depoimento. "Geralmente eles tomam Lexotan quando vêm aqui", observou o presidente do Senado, com humor.

Sessão começa às 10h

O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, comparece hoje, por sua iniciativa, ao plenário do Senado para prestar esclarecimentos sobre o processo de privatização do sistema Telebrás. A sessão está marcada para as 10 horas.

Presidente recebe troféu de feira do livro

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, das mãos da diretora da Secretaria de Documentação e Informação da Casa, Maria Helena Ferreira, o troféu "Destaque em Criatividade". O troféu foi conquistado pelo estande do Senado na 44ª Feira do Livro de Porto Alegre, realizada de 30 de outubro a 15 de novembro.

Ao lado de Franklin Torres, diretor-substituto da Secretaria de Documentação e Informação do Senado, e de outros integrantes da equipe que esteve em Porto Alegre, Maria Helena destacou no encontro com o senador Antonio Carlos que o sistema de comunicação multimídia foi o ponto alto do trabalho apresentado



Diretora da Secretaria de Informação e Documentação entregou o troféu conquistado pelo Senado a Antonio Carlos Magalhães

pelo Senado na feira, juntamente com "um grande esforço de divulgação".

O estande do Senado vendeu uma

média de 200 livros por dia e foi dos mais visitados na 44ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre.

Valadares defende destinação de recursos para o SUS

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse acreditar que a destinação de recursos da União, dos estados e dos municípios para o funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) seria

uma solução permanente para o problema de falta de recursos para a saúde pública. "A CPME apresentada em um momento caótico e dramático da saúde pública no Brasil, foi criada como provisória

e está se tornando permanente", lembrou.

O discurso do senador foi feito ontem no plenário, por ocasião do primeiro dia de discussão em primeiro turno da proposta de emenda à Constituição que desti-

na um percentual da arrecadação da União, dos estados e municípios para o SUS. A matéria teve parecer favorável do relator, senador Esperidião Amin (PPB-SC), na Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

nia. A proposta estabelece que a União destine ao SUS 30% das receitas de contribuições sociais do Orçamento de Seguridade Social; os estados e o Distrito Federal, 12%, e os municípios, 10%.